

Notas decoloniais sobre a mulher no contexto angolano

Helena Cosma da Graca Fonseca Veloso, Universidade Catolica de Angola, Angola.

Neste trabalho, de natureza teórica, em que fizemos uso autores das áreas de ciências sociais e humanas, discutimos a especificidade da trajetória da mulher angolana comparativamente a mulher no ocidente. Para o efeito, recorreremos a longa tradição de estudos sobre género e de autores que produzem sobre uma ótica afrocentrada e decolonial para fazer a demonstração de que fora das lentes deformantes do discurso hegemónico torna-se forçoso reconhecer Angola como o berço do feminismo, a partir da actuação da Rainha Njinga a. Mbande. Demonstrou-se que as primeiras reivindicações relativas a igualdade de género tiveram sua origem no continente africano no desencontro entre a cultura do matriarcado (própria a Njinga) e o do patriarcado (própria a Coroa Portuguesa) no contexto da luta pela libertação de Angola.

Decolonial notes on women in the Angolan context

Women in the Angolan context: an Afro-decolonial approach

Helena Cosma da Graca Fonseca Veloso, Catholic University of Angola, Angola.

In this theoretical study, in which we have drawn upon authors from the social sciences and humanities, we discuss the specific nature of the Angolan woman's journey in comparison to that of women in the West. To this end, we draw on the long tradition of gender studies and authors writing from an Afrocentric and decolonial perspective to demonstrate that, viewed through a lens free from the distortions of hegemonic discourse, it is necessary to recognise Angola as the cradle of feminism, beginning with the actions of Queen Njinga a. Mbande. It has been demonstrated that the earliest demands for gender equality originated on the African continent in the clash between the culture of matriarchy (characteristic of Njinga) and that of patriarchy (characteristic of the Portuguese Crown) in the context of the struggle for Angola's liberation.

1-Introdução

No discurso dominante África nada produz, não tem nenhum grande feito histórico, devendo ser situada a margem do desenvolvimento. Estudos decoloniais (Mbembe, 2023, Obenga, 2013, Veloso., 2020), no entanto, mostram ser estes mesmos discursos dominantes como os responsáveis por produzir o apagamento dos grandes feitos de África.

Há que se fazer o caminho contrário e o trabalho agora vos apresentado, serve a este fim cumpre esta missão, a de percorrer o caminho inverso, o de tornar visível os grandes feitos de África e mais precisamente os das mulheres africanas/ angolanas, isto é, o de proceder ao resgate de sua verdadeira história. Este aspecto deve constituir parte da agenda do activismo afro ao redor do mundo, pois é deste activismo do qual se espera um melhor destino para os povos afrodescendentes (Campoalegre, Sanchez, 2023)

Neste trabalho, em que fizemos um estudo de natureza teórica, utilizamo-nos da longa tradição de estudos sobre género e de autores afrocentrados para alcançar esta finalidade de fazer a demonstração de que, fora das lentes deformantes dos discursos dominantes, é forçoso reconhecer em Angola o berço do feminismo, evidenciando assim o poder da mulher, e mais especificamente da mulher africana/ angolana. Finalizamos o texto a refletir sobre os caminhos a seguir, isto é, a tarefa de casa para que Angola continue a gerar heroínas da estirpe da feminista Rainha Njinga Mbande.

Nossa pergunta de partida, neste trabalho, foi a seguinte: qual é a real trajetória da mulher angolana e quais são os seus grandes feitos?

Para responder a esta pergunta o trabalho foi dividido em quatro partes. A primeira foi composta pelo exercício de apresentar, de forma digna, o contexto da abordagem à mulher que efectuamos, isto é, África e Angola Na segunda, utilizamo-nos da longa tradição dos estudos sobre género para demonstrar a opressão a que África e suas mulheres têm sido sujeitas ao longo da história. Em seguida, recorremos à perspectiva decolonial e às teses de Oyèrónké Oyèwùmí (2011), para efectuar a demonstração de algumas especificidades da trajetória da mulher angolana em contraposição à ocidental e mostrar porque é que Angola, país situado em África, deve ser considerado o berço tornado invisível do afrofeminismo. Concluimos o trabalho a apresentar algumas linhas de orientação para que Angola continue a produzir heroínas presentes, em serie, na história deste país.

O contexto

O que se designa de Decoloniedade ou de Decolonial é uma escola de pensamento oriunda da América Latina que faz a crítica ao predomínio da cultura do ocidente sobre as outras e a universalidade atribuída ao conhecimento produzido nesta região. Esta escola tem como objetivo libertar o conhecimento da perspectiva eurocêntrica, desponderando-a. (Reis, Andrade 2018).

Face a publicações que apresentam África como “o continente da miséria e do desespero” e com “o mais precário estatuto da mulher” (Attali, 1999, pp.18.19) ao iniciar este texto não pudemos resistir a tentação de exercer a decoloniedade, fazendo uma apresentação mais digna do continente africano.

O exercício da decoloniedade implica necessariamente em construir alternativas de narrativas próprias à perspectiva eurocêntrica sobre o que é África e os povos africanos. Começaremos, por isso, a fazer uma apresentação sobre o contexto aonde a temática da mulher será abordada nesta comunicação, isto é, África e Angola.

Nosso mundo é composto por seis continentes, sendo África o terceiro mais extenso (com uma área de 30.221.532 km²) é o segundo continente mais populoso. África é o continente berço da humanidade. Estudos científicos demonstraram ser o norte desta região a área mais antiga do mundo, tendo sido esta habitada pelos povos egípcios considerados os que iniciariam a tecnologia, a ciência e inovação (Diop, 1979). Possui 54 países que dividem-se em duas principais regiões — o Norte da África e a África Subsaariana, das quais fazem parte a África Central, a Meridional, a Setentrional, a Ocidental e a Oriental (Sousa, 2024)

Aos povos desta região é atribuído muitas das grandes invenções da humanidade começando pela invenção da matemática (a base da ciência moderna que tem por método a matematização do universo). Outrora a região gozou de estabilidade económica e até agora é possuidora de enorme riqueza (fauna, flora, minerais), o que leva Marence Bart-Willians (2015) a o apresentar, sem quase fazer grande esforço, como o continente mais rico do mundo.

Se os países africanos, hoje, apresentam baixos índices de desenvolvimento isto se deve antes de tudo a relação predatória que os países do ocidente estabeleceram com o continente ao longo de vários séculos. A precariedade actual da diversidade de regiões do continente é em geral, atribuída ao fenómeno da colonização e seus efeitos (Freitas, 2024). Factores internos também participam desta precariedade, a se destacar os regimes ditatoriais e corruptos.

África tem resistido heroicamente a turbulência que tem sido a sua história devido a ganância pelas suas riquezas naturais. Essas mesmas riquezas e a população jovem são também os factores apontados como os que poderão fazer de África um continente forte no futuro.

Carlos Rocha Dilolwa apresenta assim a conceituacao de Angola:

Angola, país situado no sudoeste de Africa, tem uma area de 1.246.700 m² [...] O país esta dividido em 18 provincias e tem como capital a cidade de Luanda [...] Teve a vivencia aproximada de 500 anos de colonizacao, isto é, desde 1482 ate 1961, momento em que deu inicio a luta armada pela libertacao de Angola (Dilolwa, 1978, p.11)

Angola é um país situado na África subssariana. Trata-se de um país que possui uma história marcada por extensa violência, ampla exploração e espoliação de suas riquezas e de sua história, resultante do fenômeno da colonização do continente africano. Por intermédio do processo de escravização dos povos africanos, Angola teve não apenas os seus bens saqueados mas também seu povo sequestrado.

É preciso assinalar que, no supracitado processo de escravização dos povos africanos (o que inclui Angola) não foram apenas os bens dos países colonizados que foram açambarcados mas sobretudo o ser dos africanos/ angolanos (que passam a ser narrados pelo colonizador, tornando-se segundo a visão deste). Com o fenômeno da colonização o negro deixa de ser o que é e passa a ser o que o colonizador afirma ser, a partir da ideologia racista.

A partir do olhar deformante do estrangeiro, o negro passa a cheirar cheira mal, o cabelo do negro passa a ser adjectivado de ruim, o negro é dito, sem luz, preguiçoso, só trabalha se chicoteado e outros impropérios. É assim que ocorre de forma muito breve e resumida, a “história da invenção do ser negro, de sua inferiorização” (Santos, 2005) e do continente a que pertence.

Um dos fenômenos resultantes desta história de violência, subjugação, inferiorização do povo africano, incluindo o angolano, é a invisibilização dos seus feitos. Pós as independências no seio nos discursos dominantes, aonde as estruturas coloniais seguiram vigentes e actantes, é dito que o africano nada produziu, nada produz, devendo estar situado a margem da história.

Estudos recentes, de índole, decolonial têm demonstrado o carácter construído da inferiorização do africano e apontando para a necessidade de desconstruir estes discursos dominantes de índole racista. Este texto serve a este fim e para o efeito apresentamos o grande feito de uma mulher angolana, que nos está a permitir situar África, e mais especificamente Angola, como o berço tornado invisível do feminismo, bem como os caminhos a percorrer para que o país continue a produzir mais heroínas deste quilate.

Sobre a cultura do patriarcado e as suas consequências

Falar das lutas das mulheres ao longo dos séculos é essencialmente mostrar que o estatuto de que as mulheres gozam atualmente na maioria dos países do mundo foi adquirido através de muitas lutas ao longo do tempo. É essencialmente mostrar que os direitos que para muitas mulheres são hoje tão garantidos como o ar ou a luz do sol só foram adquiridos através de muita, muita, muita luta. Estamos a falar do direito a estudar, do direito a trabalhar, a votar, a produzir ciência, a gerir a sua própria vida, entre outros.

Isto deve-se a uma cultura ocidental chamada patriarcado ou sistema patriarcal. Mas o que é o sistema patriarcal? É um sistema caracterizado pela dominação masculina.

É um sistema violento porque subordina as mulheres e impede-as de atingirem a plenitude do seu ser, o pleno desenvolvimento do seu potencial. O sistema patriarcal é violento porque a sua ênfase na dominação masculina branca tende a ignorar as mulheres, as crianças, os transgéneros e as pessoas não caucasianas como sujeitos de direitos.

Apesar dos avanços no estatuto das mulheres na maioria das regiões, não se enganem, a violência deste sistema continua a vitimar as mulheres em todo o mundo, razão pela qual Ngkuka e Steiner (2018) defendem que o empoderamento das mulheres é um imperativo ético e económico. Há todo um conjunto de estruturas sociais presentes naquilo a que chamamos a cultura do patriarcado que contribuem para conformar as mulheres ao lugar do segundo sexo, como bem referiu Simone de Beauvoir (1980). É de facto muito raro ver heroínas a salvarem homens nos filmes, são quase sempre as mulheres que estão numa situação de fragilidade e que são salvas por heróis masculinos), a música, a família, a escola, a religião, os pares, os média, etc, participam deste trabalho que leva a subalternização das mulheres na sociedades.

Os teóricos têm chamado a esta aprendizagem social do lugar da mulher na sociedade, que ocorre desde a primeira infância de pedagogia cultural (Meyer, 2005, p.12). É através deste tipo de pedagogia que os homens crescem a pensar que são mais, melhores, mais fortes e mais inteligentes do que as mulheres, pelo que a base desta supremacia é cultural, como mostram os estudos. A boa notícia é que se é cultural pode ser desconstruída.

Objeção à tese de que as mulheres africanas não sofrem a violência do patriarcado porque a base da sua cultura é o matriarcado.

Embora a base das nações africanas seja o matriarcado (de onde derivam as grandes heroínas de Angola, como a Rainha Njinga Mbande ou Lucrecia Paim e outras), devido à presença estrangeira em solo africano, o sistema patriarcal habita África, o que significa que também em África as pessoas se comportam com base nas estruturas mentais dos colonizadores.

Como afirma Zau (2017, p. 14),

Segundo o investigador senegalês Cheik Anta Diop, em "NationsNegres et Cultura", a ausência de princípios de horizontalidade na relação entre homens e mulheres não faz parte da tradição africana [...] Se formas atenuadas do regime patriarcal podem ser detectadas em alguns povos, isso deve-se à influência do Islão e do catolicismo, diz o padre Raúl Ruiz Asúa Altuna, citando Cheik Anta Diop, no seu livro "Traditional Bantu Culture. O Egipto e a África Subsaariana. Os impérios do Gana e do Mali adoptaram esta tradição, como confirmam os escritos do Tunísino Ibn Khaldum (1332-1406). Na organização social tradicional africana, segundo Diop: A família é matriarcal com descendência uterina.

Na citação acima, autores renomados e consagrados como Cheik Anta Diop e Altuna afirmam que a base das sociedades africanas é o matriarcado, em oposição ao patriarcado e que a presença do patriarcado nas sociedades africanas deriva da influência do islamismo e do catolicismo, ou seja, deriva da convivência com o estrangeiro e se apresenta na cultura africana como factor externo a mesma. Eugénio Silva sustenta que “ A cultura tradicional africana foi sendo alterada por introdução de elementos decorrentes da colonização” (Silva, 2011, pag.14)

Adichie, Chiziane e Oyewumi (Correa, 2020: 2) mostram que,

Com a invasão da África pelos europeus, este contacto possibilitou a transformação das sociedades africanas, que antes eram matrilineares, ou seja, cada família era chefiada por mulheres, e tanto a filiação se estabelecia na ascendência materna como, nessa altura, as mulheres assumiam posições e ocupavam os lugares centrais na família composta por homens e mulheres.

Aqueles que defendem que em África não há problemas de patriarcado, que nas suas próprias culturas as mulheres já são sobrevalorizadas e que esta discussão só diria respeito ao Ocidente e às suas mulheres, esquecem-se que, como mostra a psicanálise, não somos apenas nós próprios, somos também os outros com quem nos relacionamos e com quem formamos traços através de um processo a que Sigmund Freud chamou identificação (. É por isso que as mulheres, em muitas circunstâncias, em Angola continuam a ser sulbaternizadas, impedidas de exercer todas as suas potencialidades, condenadas a lavar a roupa do irmão que ira para a escola (Veloso, 2020).

Aristóteles defendia que um bebé por ser do sexo masculino, ou seja, por ter o órgão sexual masculino, deveria ser considerado superior à mãe ou à avó (Bragança, Pedro, 2010), ou seja, às mulheres adultas, o que é inconcebível nas culturas africanas matriarcais onde, como salienta Yoronque Yowumi, são utilizados outros critérios para atribuir poder, um dos quais é a antiguidade e a linhagem.

A partir dos subsídios que nos dá esta autora, podemos sustentar que nas culturas africanas de base matriarcal, a avó e a mãe são mais velhas e mais experientes (levando, portanto, em consideração os critérios da antiguidade e linhagem) e que nestas culturas, o recém-nascido, apesar de ter um órgão genital masculino, jamais poderá ser considerado superior à mãe ou à avó.

Por esta e outras razões, os africanos são aconselhados a ignorar as estruturas mentais dos colonos e a regressar às suas culturas de origem, onde tanto as mulheres como as crianças são valorizadas de forma igual, como seres completos que são.

Como diz um ditado africano, "uma criança pode ensinar um adulto a tocar batuque". Este ditado exprime o valor da criança na cultura angolana porque valoriza as suas qualidades e competências, qualidades e competências que muitas vezes não se encontram nos adultos, que podem então aprender com as crianças. A cultura angolana de base matrilinear, caracteriza-se por relações de horizontalidade entre homens e mulheres e entre adultos e crianças em contraposição a ocidental em que homens são considerados superiores tanto as mulheres como as crianças.

Desenvolvimentos recentes nos estudos sobre as mulheres: o poderoso contributo da escola decolonial e das teses de Oyèrónké Oyěwùmí.

Na actualidade da evolução dos estudos de género, a última palavra sobre o tema vem de África, a partir da obra da nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2011), autora do livro *Gender epistemologies in Africa: gendering traditions, spaces, social institutions and identities*.

No âmbito do diálogo Norte-Sul sobre o tema, a referida autora defendeu nesta obra que na cultura iorubá o conceito de género é dispensável para pensar a condição feminina porque as relações de poder não se baseiam no sexo, mas noutros elementos como a antiguidade e a linhagem.

A teórica defende ainda que é necessário descolonizar a abordagem da mulher em África, porque os conceitos importados de outras culturas constituem cobertores curtos para analisar os fenómenos da cultura africana.

Por esta razão, os desenvolvimentos recentes sobre este tema deram origem ao que ousamos chamar uma abordagem africanista, ou seja, afro-feminista e decolonial do estatuto da mulher.

Em resultado do relevante trabalho desta autora, hoje **no mundo** não se fala mais da história da mulher, mas da história das mulheres, não se fala mais de feminismo mas de feminismos. A

partir das teses desta autora abre-se uma ampla área da pesquisa que passa a recobrir a diversidade de mulheres em seus variadíssimos contextos: a mulher afgã, a mulher cabo-verdiana, a mulher gabonesa, a mulher guineense, a mulher nigeriana, a mulher santomense, a mulher senegalesa entre outras. É sobretudo o trabalho desta autora que fez com que hoje, como mostra Dina Mazariegos, haja cada vez mais "antropólogas e outras cientistas sociais que desenvolvem estudos para compreender as relações entre o universo das mulheres e o universo dos homens, a partir das perspectivas de outros povos que não são ocidentais" (Mazariegos, 2011, p. 120).

O trabalho da nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí, tem suscitado reacções de pares de todo o mundo pela pertinência das suas afirmações. Concordamos com a autora que África precisa de se descolonizar e acrescentamos que o caminho para essa descolonização efectiva passa pela construção de uma narrativa sobre si (que inclua também as suas mulheres).

Muitos outros autores, apontaram a construção de conhecimentos endógenos como a forma de reconstruir as sociedades africanas e de fazer com que a África deixe de ser desconhecida para si própria. Vários são os teóricos que têm sustentado que a luta contra o eurocentrismo africanista só é possível de ser vencida através da produção de saberes endógenos, capazes de intervir sobre a visão deformada de África e dos africanos forjada exogenamente e seus efeitos, sendo esta a única forma de ultrapassar o desconhecimento que os demais países têm sobre África e sobretudo o desconhecimento que África experiencia relativamente a si (Ela, 2013, Kajibanga, 2008).

Foucault, em *Microfísica do Poder* (1979), defende que o poder se exerce nos espaços dos discursos. Em *As Palavras e as Coisas* (1981) ou *A Ordem do Discurso* (1996), mostrou-nos que a linguagem não é simplesmente um meio de expressão ou comunicação, mas uma dimensão constitutiva da realidade humana e que é através do discurso (que não se sobrepõe às palavras, incluindo a dimensão não verbal) que as relações de poder se estabelecem e se exercem na microfísica do quotidiano. Foucault (1979), em seu trabalho no sistema prisional, no qual criou condições para que os presos pudessem falar (em que a emergência dos discursos desses presos equivalia a uma tomada, ainda que momentânea, do discurso hegemónico), afirmou que uma das formas de exercer a autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo e, ao fazê-lo, dizemos nós, o autor também apontou um caminho de empoderamento para a África: a construção de uma narrativa de si. Tal caminho é "o reaparecimento [...] desses saberes, ou desses [...] saberes desqualificados" (Foucault, 2002, p.82).

Tal caminho também nos foi apontado, em outras palavras, por Agostinho Neto (1974, p.20) através de seu poema localizado no livro *Esperança Sagrada*, denominado "Havemos de voltar". O caminho indicado é o de voltarmos "aos nossos campos, praias, nossos campos [...] às nossas tradições [...] nossa terra, nossa mãe", ou seja, voltarmos à África descrita por Cheik Anta Diop (1959) como poderosa e feliz.

Este mesmo caminho foi-nos também apontado por Martin Luther King no seu discurso no Alabama quando nos exortou a gerar "uma nova imagem que seja mais forte do que o nosso

adversário e [...] que ilumine a grande escuridão" (King, 2014).

É importante ressaltar que para Foucault, como mostra Machado (2006, p.171), o poder pode ser exercido tanto negativamente (destruir, impossibilitar) quanto positivamente (gerar, produzir), o poder "é uma luta, um confronto, uma relação de força [...] não é um lugar que se ocupa, nem um objeto que se possui. Ele é exercido e contestado. E não é uma relação unívoca, unilateral.

Por isso sustentamos que este caminho, que consiste em resistir ao conhecimento hegemónico que, no fundo, nada mais é que exercer uma espécie de contra-poder (este caminho que implica produzir e gerir recursos de poder), que nos permitirá conhecer África fora das lentes deformantes do estrangeiro, bem como as mulheres deste vasto território.

Exercitando o caminho nos apontado por Oyèrónké Oyěwùmí: efectuando uma comparação entre a trajectória da mulher ocidental e da mulher angolana.

Se formos levar em consideração o caminho apontado por Oyèrónké Oyěwùmí que consiste em produzir saber sobre África fora do discurso hegemónico, podemos efectuar a demonstração que existem pelo menos duas diferenças marcantes entre a trajectória da mulher angolana e a ocidental sobre as quais passaremos a discorrer. A primeira é o facto de até a década de cinquenta as mulheres ocidentais terem estado confinadas ao meio doméstico e só a partir deste período terem ingressado no mercado de trabalho e mesmo assim em posições subalternas a dos homens.

Neste aspecto a história das mulheres angolanas difere em muito da das ocidentais pois as mulheres angolanas jamais estiveram confinadas apenas ao meio doméstico, tendo estas sempre trabalhado, principalmente no cultivo de alimentos (que abasteciam as casas mas também eram comercializados), na agricultura. Ainda hoje a mulher rural, movimenta uma fatia significativa da economia angolana.

Castro Sorromenho em 1937 escreve um artigo que nomeou de "A mulher negra perante a lei do africano Bárbaro" (Sorromenho 1937), aonde se mostra assombrado com o facto do homem negro " permitir" a mulher negra trabalhar na agricultura, quando esta poderia como na cultura patriarcal cuidar apenas dos afazeres domésticos. Para este teórico, oriundo da cultura ocidental e imbuído dos valores desta mesma cultura, pareceu-lhe bárbaro o que na cultura angolana nada mais era que a expressão da horizontalidade entre homens e mulheres própria a cultura matriarcal: mulheres trabalham e homens trabalham. Vale a transcrição da integra do trecho em que o autor interpreta a horizontalidade das relações entre homens e mulheres próprias ao matriarcado como barbárie por parte do homem negro com relação as suas mulheres.

Por razões de ordem social que comandam a vida do bárbaro

(no caso, os termos bárbaro e selvagem era a forma como Sorromenho designava o homem negro, não o colonizador) geradas pela lei do mais forte , à mulher miseranda besta de carga, é reservada, por imposições terminantes que fizeram o hábito que determinou a passividade que as caracteriza, a tarefa de agricultural a terra [...] Desta sorte **encontramos instituído o trabalho** (o grifo é nosso) na África selvagem e, de um modo geral, podemos afirmar que, em obediência ao determinado pela Conferência Internacional do Trabalho, os povos civilizadores têm de respeitar a lei dos bárbaros, embora assente, como se sabe em desumanidade: obrigar a mulher a trabalhar. (Sorromenho, 1937, p.1).

Em Angola, as mulheres sempre trabalharam, lado a lado, com os homens. A naturalização do ser da mulher como frágil (que hoje sabemos ser uma construção da cultura patriarcal para justificar o domínio do homem sobre a mulher) fez com que as mulheres fossem nesta cultura poupadas de irem a guerra. Esse também é um outro ponto em que a trajetória da mulher angolana diverge crucialmente da da mulher ocidental. Em Angola, este domínio, guerra, também contou com a participação activa das mulheres.

As mulheres angolanas, que vislumbraram uma Angola livre, integraram as lutas acreditando que ao lado de seus companheiros pudessem fortalecer um território independente e livre do colonialismo, entretanto, seu primeiro fronte não foi a luta armada em si, mas os enfrentamentos aos seus companheiros e companheiras, não restringindo sua atuação apenas aos papéis dito femininos e minorizados por aqueles que também buscavam a liberdade do povo. Instalados os ideais de independência, mulheres africanas se incorporaram nas frentes de batalha.(Araújo, 2022, P.7.)

Para finalizar é necessário frisar que as mulheres angolanas também sempre ocuparam lugares de liderança e de tomada de decisão com relação aos rumos da nação, como descreve David Birmingham a propósito da actuação da Rainha Njinga Mbande. (Birmingham, 1992) As mulheres lutaram também, lado a lado com os homens, inclusive liderando exércitos no contexto da resistência à invasão estrangeira, não restringiram a sua actuação a papéis ditos femininos e minorizados como bem afirma, acima, Silvane Araújo (2022,).

O trabalho de pesquisa em torno da especificidade das trajectórias das mulheres na diversidade de seus contextos torna-se imprescindível para que possamos de facto conhecer o

verdadeiro percurso das mulheres não ocidentais.

Reescrever a historiografia de África implica forçosamente em reconhecê-la como o berço do feminismo.

Os estudos já demonstraram que África é o berço da humanidade. Neste texto, faremos a nossa parte para demonstrar uma das facetas invisibilizadas de África, que é a de ser o berço tornado invisível do feminismo. Defenderemos neste texto que, na linha do tempo do feminismo, o marco inicial deve ser situado em África e, para fazer esta demonstração, apresentaremos a trajetória da feminista conhecida como Rainha Njinga Mbande.

É uma feminista cujo as realizações levaram o seu nome para além das fronteiras do seu país de nascimento (Angola), tornando-a internacional.

Como já apontamos, a base das civilizações africanas é matriarcal. Ao contrário do patriarcado de origem ocidental (em que os homens brancos e heterossexuais têm supremacia sobre as mulheres, as crianças, os não-brancos e os pertencentes a minorias sexuais), a estrutura matriarcal caracteriza-se pela existência de relações horizontais entre homens e mulheres.

Acreditamos que o "poder" da Rainha Njinga Mbande e das diversas outras heroínas angolanas provém desta cultura e deve servir de inspiração para as mulheres africanas e para as mulheres em geral.

Ela é a rainha que liderou a nação angolana e resistiu ao poder colonial, comandando tropas compostas por homens e mulheres. Apresentamo-la porque ela e outras da sua espécie que pegaram em armas e lideraram ou se juntaram aos homens na luta pela libertação africana atestam que a génese do afro-feminismo está em África, e não teve sua origem nos Estados Unidos na década de 70, como afirma o discurso dominante.

Nascida em 1583 e falecida em 1663, Nzinga personificou o símbolo da resistência aos colonizadores no contexto da guerra de independência de Angola. Entre as façanhas da rainha, destaca-se a ocasião em que foi recebida pelo colonizador português (sentado no seu luxuoso trono), tendo sido convidada a sentar-se no chão, a rainha rapidamente pediu a um dos seus criados que se abaixasse, para que sentada no seu dorso pudesse ficar frente a frente com o seu algoz, nivelando assim as posições de poder (Pantoja, 2000).

"Popularmente conhecida como Rainha Jinga ou Rainha Ginga, ou como Dona Ana de Souza pelos portugueses. Nome pelo qual é conhecida Nzinga Mbandi Kia Mbandi, soberana dos reinos do Dongo e Matamba, desde 1623 até ao fim da sua vida, no território da atual Angola. Filha de Ngola Mbandi

Kiluanji, em 1617 disputou o trono do Ndongo com o seu irmão mais novo ou "meio-irmão", que, tendo vencido a disputa, foi entronizado com o nome de Ngola Mbandi. Em 1622, foi enviada a Luanda para negociar um tratado de paz com o governador português João Correia de Souza, onde permaneceu cerca de um ano, período durante o qual recebeu também os sacramentos do batismo católico e o nome cristão de Ana de Souza. Após o seu regresso a Dongo, com a morte de Ngola (seu irmão mais novo), assumiu o trono, que ocupou durante cinco anos, quebrando não só os tratados assinados com os portugueses, como o pacto do batismo cristão, mas também bloqueando as rotas comerciais que conduziam a Luanda. Atacada pelos portugueses, refugiou-se nas ilhas do rio Kwanza e, nos anos 1626-1627, instalou-se no reino de Matamba, onde passou a comandar grupos de guerreiros Imbangala e a liderar a guerra contra os portugueses" (UFRGS, 2017).

Esta é a mulher retratada no filme da NETFLIX "A Mulher Rei". É a mulher que, apesar de ter tido o seu poder questionado pela coroa portuguesa (que alegava que não podia representar o seu povo pelo simples facto de ser mulher), reivindicou para si o direito de exercer o poder, de liderar o seu povo como qualquer homem (prerrogativa que só pertenceria aos homens segundo a coroa portuguesa), ou seja, ousou reivindicar, já naquela época, a tão preciosa igualdade de género.

2- Discussão

2.1- Sobre a invisibilidade dos feitos de África e de suas mulheres

A invisibilidade de África não resulta das características inatas da população africana, que seria naturalmente improdutiva em contraste com a população caucasiana, como a narrativa do colonizador nos quer fazer crer.

Nunca é demais apontar que neste processo histórico chamado colonização, não foram apenas as terras de África que foram roubadas, mas foi sobretudo o próprio ser do africano que foi adulterado, na medida em que passou a ser narrado pelo colonizador como inferior e improdutivo. O mais grave é que há um segundo momento nesta horripilante trajetória em que o negro passa a se identificar com essa narrativa que o toma como objecto, a negar-se (as suas raízes, a sua estética, as suas tradições) e a desenvolver o colorismo (processo em que o próprio negro passa a discriminar pessoas negras) (Veloso, 2023) e o que se tem nomeado de Eurofilia (o desejo de ser caucasiano). Neste último caso, trata-se de uma situação em que, como num processo similar ao da Síndrome de Estocolmo, o sequestrado numa estranha perversão apaixonada, passa a adorar, o sequestrador.

É preciso assinalar que trata-se, nessa narrativa do colonizador, da construção de uma

falsa realidade que, de facto, toma o lugar da verdadeira realidade, inviabilizando a segunda, ou seja, a original. É por isso que concordamos com Victor Kagibanga (2008) que é muito necessário gerar conhecimento sobre África a partir dos africanos, a partir de sua realidade original, sendo a nosso ver este um dos caminhos privilegiados para decolonizar os saberes.

trata-se de fazer o caminho inverso, o de substituir a falsa realidade pela realidade verdadeira, possibilitando que esta rivalize, se apresente como uma alternativa, em suma, dispute poder com as narrativas utilizadas para subjugar povos, torna-los inferiores, domina-los. Fazer isso implica em aprender a produzir saber a margem das lentes dos discursos dominantes, fora das suas lentes, o que implica em contribuir "para a construção de um mundo decolonial e anti-necropolítica" (Veloso, 2021, p.67)

Tal como a história das mulheres africanas permaneceu desconhecida porque foi confinada a narrativa sobre as mulheres ocidentais, há toda uma África desconhecida à espera de ser descoberta através da produção intelectual dos seus filhos. Uma África que tem de ser resgatada do olhar e da narrativa deformante do estrangeiro. Esta perspectiva que invisibiliza ou subalterniza o conhecimento, a beleza, as capacidades, as competências, em suma, o poder das africanas e dos africanos e na nossa perspectiva, este resgate só é possível através da produção de conhecimento endógeno, o que fazemos ao publicar este artigo.

2.2- Caminhos a trilhar para Angola continuar a produzir mulheres da estirpe, da Rainha N'Zinga M'Bandi, Kimpa Vita, Lueji N' Aconde, (a tarefa de casa).

Neste tópico, apresentaremos algumas linhas de orientação para que Angola continue a ter em seu seio a série de heroínas presentes em sua história. Neste sentido, sugerimos três caminhos privilegiados para o empoderamento das mulheres e meninas em Angola:

- 1- O desvencilhamento das estruturas mentais dos colonos (assentadas na cultura patriarcal) e o retorno a cultura do matriarcado que constitui a base das sociedades africanas.
- 2- A instituição de políticas públicas que garantam a escolarização das meninas.
- 3- Criação de mecanismos para garantir a presença das mulheres nos cargos políticos e nos lugares de tomada de decisão.

No que tange a primeira sugestão “O desvencilhamento das estruturas mentais dos colonos (assentadas na cultura patriarcal) e o retorno a cultura do matriarcado que constitui a base das

sociedades africanas”. Sustentaremos junto com Ngkuka e Steiner (2018) que o empoderamento das mulheres é um imperativo ético e económico. Trata-se do imperativo ético porque na linha democrática o critério hoje utilizado para diferenciar o ético do não ético é o ser humano “face a plena realização de suas potencialidades” () Assim tudo o que se contrapõe ao pleno desenvolvimento das potencialidades das mulheres deve ser considerado não ético. A não valorização da mulher própria a cultura patriarcal contribui para precarização do estatuto social da mulher na medida em que se interpõe entre as mulheres e a escolarização (que e condição para a profissionalização e para condições mais dignas de vida). Na medida em que as subalterniza, a cultura do patriarcado impede de alcançar o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, por isso recomenda-se aos angolanos um retorno ao matriarcado e as relações horizontais entre os homens e as mulheres próprias a esta cultura por tratar-se de uma cultura mais ética realtivamente as mulheres. Vários estudos tem demonstrado existir uma relação evidente entre o desenvolvimento e o empoderamento da mulher nas sociedades (Carvalho, 2011, Ngkuka e Steiner, 2018). Portanto trata-se no empoderamento da mulher de uma questão económica também, sendo um dos caminhos para os países alcancarem maior desenvolvimento e prosperidade económica este empoderamento.

No que diz respeito a segunda sugestão “A instituição de políticas públicas que garantam a escolarização das meninas”, recomenda-se criar mecanismos sociais que garantam a escolarização das meninas porque a não escolarização destas as mantém apartadas dos recursos oriundos do desenvolvimento pessoal o que inclui os estudos. Portanto escolarizar meninas é combater a feminilização da pobreza.

Uma política pública interessante é a que foi instituída como bolsa família no Brasil, aonde o governo faz transferência de recursos financeiros as famílias mais desfavorecidas. As famílias que recebem estes recursos tem que se comprometer a manter as crianças na escola (inclusive as meninas) sob pena de perder a bolsa.

O bolsa família conta com todo um sistema de acompanhamento e fiscalização destas famílias, que faz com que as que efectivamente não cumpram com as exigências feitas pelo estado percam a bolsa. Com o programa Bolsa Família, entre as classes sociais mais desfavorecidas, a menina passou a ter valor económico, com os efeitos positivos para as meninas e mulheres, advindos deste valor. O programa bolsa família retirou da pobreza o equivalente a população e meia de Angola da extrema pobreza no Brasil, emponderando as famílias, suas mulheres e meninas e é o caso de se a reconhecer como uma politica publica capaz de combater a feminilização da pobreza.

Em 2011 Eugénio Silva escreve um texto a que nomeia de “ Tradição e identidade de género em Angola: ser mulher no mundo rural” aonde descreve a situação da mulher rural em Angola. Neste mesmo texto, afirma que a colonização interferiu nas estruturas sociais originárias da cultura angolana e que, hoje, a mulher rural encontra-se aprisionada ao trio trabalhos

domésticos/casamento e cultivo.

Dadas as dificuldades financeiras das famílias e as distâncias até a escola mais próxima, as raparigas não são incentivadas a ir a escola, pois são necessárias em casa para ajudar nas tarefas domésticas. Ai confinadas, sujeitam-se as influências da tradição, de pendor discriminatório, sendo preparadas para o ofício de esposa e mãe [...] analfabetismo da ordem de 46% para os homens e 66% para as mulheres (Unicef, 2011: 96) [...] A socialização desta opera-se no âmbito de lógicas sexistas e de dominação masculina [...]Tal facto impede a conclusão da escolaridade obrigatória, não valorizada socialmente porque para ser doméstica essa escolaridade não faz falta. (Silva, 2011, pp.13-14)

Para Angola, e principalmente nas zonas rurais aonde como mostra Eugénio Silva (2011) as mulheres permanecem aprisionadas ao trio trabalhos domésticos, casamento e cultivo e o a escolaridade, principalmente para as meninas, não é valorizada, a implementação de uma política como esta seria de grande valia.

Recomenda-se a criação de mecanismos para garantir a presença das mulheres nos cargos políticos e nos lugares de tomada de decisão, a terceira linha de orientação para empoderar mulheres em Angola, porque a presença de mulheres nestes espaços empondera outras mulheres e meninas já que as próprias mulheres, quando situadas nestes espaços, se encarregam de produzir políticas vocacionadas a elevar a classe, beneficiando-a. Serafina Pinto em sua dissertação de mestrado denominada “ Representação de mulheres no parlamento angolano” evidencia que o número de mulheres no parlamento angolano tem aumentado significativamente em Angola mas que ainda encontramos menos mulheres que homens nesta organização e recomenda o método Zebra (para cada mulher, um homem/ um risco branco representado uma mulher e um risco preto representando um homem ou vice versa) para fazer alocação de homens e mulheres neste contexto como forma de alcançar a efectiva paridade de género neste órgão. (Pinto, 2019)

3- Conclusão

Mostramos neste texto que fora das lentes do discurso hegemónico devemos forçosamente reconhecer Angola como o berço tornando invisível do feminismo, o que significa que na linha do tempo a emergência do feminismo deve estar situada em África, sendo este um grande feito da mulher angolana a ser tornado visível. Com relação a especificidade da trajetória da mulher angolana comparativamente a ocidental, evidenciamos, que a mulher angolana sempre actuou no mundo laboral dando o seu contributo a economia do país, sendo a mulher rural, ainda hoje, responsável por movimentar fatia significativa desta economia. Também demonstramos que a mulher angolana participou nas guerras de libertação de Angola, inclusive, liderando-a. Entre os feitos da mulher Angolana contrastivamente a europeia, evidenciamos que esta sempre teve inserida actividade laboral, sempre trabalhou, não estando portanto conformada ao ambiente doméstico até a década de 50 como a europeia, mostramos ainda que a mesma participou das guerras pela libertação do país, lado a lado com os homens. Efectuamos, ainda, a demonstração também que a participação das mulheres neste último contexto, não ficou restrita a papéis secundários ditos femininos e minorizados, mas também aos de tomada de decisão e liderança, conforme testemunha a trajetória da Rainha Nzinga Mbande.

Finalmente, relacionamos a relevância que a mulher possui na sociedade angolana a cultura do matriarcado que constitui a base das culturas africanas e que se caracteriza pela horizontalidade das relações entre homens e mulheres, em contraposição a cultura patriarcal, orientando um retorno a mesma.

Referências bibliográficas

Araújo, S. G.S (2022) -CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NAS FRENTE DE BATALHA DA INDEPENDÊNCIA À LUZ DA LITERATURA, acesso em 02/02/2024, disponível em https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2731/1/2022_arti_silvanearaujo.pdf

Attali, J. (1999) Diconario do Sec.XXI, Lisboa: Noticias Editorial.

Bairros, Luisa (2000), Nuestros feminismos revisitados, Revista Política y Cultura, Universidade Autónoma Metropolitana, Distrito Federal/ Mexico, pp.141-149.

Birmingham, D (1992) A Africa Central ate 1870 / Zambézia, Zaire e o Atlântico Sul, Luanda: Editora EndiPUU UEE.

.Beauvoir, S (1980) O Segundo Sexo Volume 1 e 2, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, New Frontie.

Carvalho, AMP (2011) A importância da mulher & empoderamento para o desenvolvimento, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.

Diop, Cheik Anta (1979) - Nations nègres et culture. De la Antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique noire d'aujourd'hui, Paris: Présence Africaine

Diop, Cheik Anta (1959) - L'Unité culturelle de l'Afrique noire, Paris: Editorial Presence Africaine

Ela, J. M (2013). - Restaurar a história nas sociedades africanas/ Promover las ciencias sociales en el África Negra, Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pegado

Freitas, E (2024) O subdesenvolvimento africano e suas raízes. Escola do Brasil. Retrieved in January of 2024 From: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/subdesenvolvimento-africano-suas-raizes.htm>.

Foucault, Michel (1979) - "En defensa de la sociedad". Curso en el Colegio de Francia, SP: Martins Fontes

Kabou, Axele (2013) - ¿E se África recusasse o desenvolvimento?, Luanda, Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pegado,

Kajibanga, Victor (2008) - "Saberes endógenos, ciências sociais e desafios dos países africanos", en Saberes endógenos e novas epistemologias em África, Revista Angoleña de Sociología, Mangualde: Edições Pegado,

King, Martin Luther (2015) - Discurso en Alabama - en SELMA / Una lucha por la igualdad (Película), NY: David Lowy HD

Machado, Rui (2006) - FOUCAULT a Ciência e o saber, RJ: Jorge Zahar

Mariziegos (2011) D. Antropologia do Gênero ou antropologia feminista in Revista Angolana de Sociologia, Luanda: FCS/UAN,

Mbembe, Achile (2023) - Descolonizar la universidad, Politécnico Colombiano Jaime Isaza Cadavid, Facultad de Ciencias y Educación, Medellín, Enngativo Ediciones.

Neto, Agostinho (1985) - A renúncia impossível/ Poemas inéditos, Luanda: UNEA

Neto, Agostinho (1974), La Sagrada Esperanza, Lisboa: Sá da Costa.

Obenga, Teófilo (2013). - El sentido de la lucha contra el AFRICANISMO EUROCENTRISTA, Luanda: Ediciones Mulemba; Mangualde: Ediciones Pegado Pantoja

Pinto, MES (2019) - Estudos sobre gênero: a representação da mulher no parlamento angolano de 1992 à 2016, Dissertação de mestrado, Luanda: FCS/ UAN, 2019.

Reis, M. de N., & Andrade, M. F. F. de. (2018). O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. *Revista Espaço Acadêmico*, 17(202), 01-11. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070>

Santos, Gislene Aparecida dos (2005) La invención del ser negro- Un viaje por las ideas que naturalizaram la inferioridade de los negros, RJ, Pallas

Septien, Rosa Campoalegre, John Antón Sanchez (2023) - Aportes para a declaracion de derechos de los pueblos afrodescendientes, Buenos Aires, CLACSO.

Septien, R.C; Sanchez J. A., coords (2023) Aportes para a declaracao de direitos dos povos afrodescendentes/ Pastor Elias Murilo Martinez... et al. , editado por Rosa Campoalegre Septien; John Anton Sanchez- 1a ed.- Cidade Autonoma de Buenos Aires: CLACSO; Habana: Articulacao latino-americana para o decenio afrodescendente; Universidade da diaspora Africana.

Sorromenho, C. (1937) A mulher negra perante a lei do africano Bárbaro, Luanda: Diario de Luanda , 06.03, 1937, n.17.

Souza, Neusa Santos (1983). - "Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascencao social ", RJ: Edição Graal, 1983.

Veloso, HCGF (2023) Ancestralidade, antirracismo y actualidades, in Boletim do grupo de trabalho afrodescendencias e propostas contrahegemonicas, Buenos Aires: CLACSO

Veloso, H. C. da G. F. V. (2020.), A necessidade de produção de conhecimento endógeno sobre África e mulheres africanas in GEOPAUTA, vol. 4, não. 3, pp. 8-23, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.